

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL****Gerência de Capacitação Profissional****PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS****EDITAL Nº 01/2021**

A Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF e o Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE nos termos da Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, bem como da Lei distrital nº 3.769, de 27 de janeiro de 2006, do Decreto 30.658 de 06 de agosto de 2009 e Portaria 157, de 12 de abril de 2019, torna pública a realização de **Processo Seletivo de prova online** para formação de cadastro de reserva para estágio remunerado.

1 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. Poderão participar do processo seletivo estudantes:

a) regularmente matriculados em instituições de ensino públicas ou privadas do Distrito Federal, com frequência efetiva nos cursos de nível médio, nível superior e Pós-graduação *lato sensu/stricto sensu* em Direito, reconhecidos pelo Ministério da Educação, constantes do Anexo I do presente Edital;

b) Pós-graduação, *lato sensu/stricto sensu*, de que trata o item 1.1, alínea “a” deste edital, para os quais a atividade de estágio deverá estar prevista no projeto pedagógico do curso, desde que seja verificada a compatibilidade das atividades realizadas junto à Procuradoria Geral do Distrito Federal.

c) brasileiro ou estrangeiro com visto de permanência no país;

d) que não tenham sido exonerados a bem do serviço público;

e) em dia com as obrigações eleitorais, quando maior de 18 anos e das obrigações militares, quando do sexo masculino maior de 18 anos;

f) não tenham feito estágio por período igual a dois anos na Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF, exceto pessoas com deficiência, conforme Art. 11 da Lei 11.788/08.

1.2. Na data de início do estágio, o estudante deve ter idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos, conforme previsto no § 5º do Art. 7º da Resolução n. 1 do CNE/CEB, de 21 de janeiro de 2004 (Conselho Nacional de Educação).

1.3. O valor da Bolsa Auxílio corresponderá:

a) R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) por mês, para o nível médio, para jornada de 4 horas/dia.

b) R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês, para o nível superior, para jornada de 4 horas/dia.

c) R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) para Pós-Graduação *lato sensu/stricto sensu* em Direito.

1.4. O estagiário tem direito ao auxílio-transporte de R\$10,00 (dez reais) por dia estagiado.

1.5. O estagiário não faz jus a outros benefícios, tais como auxílio-alimentação, auxílio-saúde e similares.

1.6. O regime do estágio é de 20 (vinte) horas semanais, a serem cumpridas em horários e turnos definidos pela Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF considerando-se as necessidades do serviço.

1.7. O processo seletivo será realizado pelo CIEE, sob a supervisão da PGDF.

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1. Antes de efetuar a inscrição, o estudante deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2.2. As inscrições e provas online serão recebidas somente via internet, pelo site: www.ciee.org.br, no período de **08/03/2021 até às 23h 59min (horário de Brasília) do dia 28/03/2021**, incluindo sábados, domingos e feriados. Não serão aceitas outras formas de inscrições.

a) Para realizar a inscrição no processo seletivo, o candidato deverá acessar o site do CIEE www.ciee.org.br clicar no acesso para "ESTUDANTES", localizar na lista de "PROCESSOS SELETIVOS" o logotipo da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF e clicar neste link.

2.3. O candidato deverá informar dados pessoais e escolares válidos, caso declare algum dado errado poderá corrigir, desde que exclua a inscrição e refaça dentro do período de inscrição determinado neste edital;

a) caso o candidato tenha iniciado a prova online, **não** será permitida, em hipótese alguma, a correção dos dados declarados na ficha de inscrição.

b) será aceita somente uma única inscrição por candidato;

c) não será possível alterar o e-mail e CPF indicados no ato da inscrição;

d) o e-mail declarado deve ser válido, para que toda a comunicação do processo seletivo seja realizada através dele.

2.4. O candidato trans (travesti ou transexual) que desejar atendimento pelo NOME SOCIAL, deverá indicá-lo no ato da inscrição.

a) na inscrição, no campo "nome completo", deverá ser informado o nome civil, conforme documento de identificação oficial.

b) o nome social será utilizado em toda a comunicação pública do processo seletivo, sendo considerado o nome civil apenas para as etapas internas (formalização do Termo de Compromisso de Estágio), para a devida identificação do candidato, nos termos legais.

2.5. A Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF e o Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE poderão a qualquer tempo, verificar as informações fornecidas no ato da inscrição, e tomarão as medidas judiciais cabíveis, podendo o candidato em caso de informações falsas ou inverídicas ser desclassificado do presente processo, ser acionado judicialmente e ainda, desligado, caso eventualmente tenha sido aprovado e contratado.

2.6. A Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF e o Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica, tais como: falha dos computadores, do sistema de comunicação de dados, congestionamento das linhas de comunicação e falta de energia.

2.7. No ato de inscrição, os candidatos deverão optar por um dos seguintes turnos de estágio: matutino ou vespertino. Após a escolha do turno não poderá ser alterada a informação.

2.8. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3 - PROGRAMA DE COTAS:

3.1. Nos termos do Art. 54, § 1º, da Lei Distrital nº 6.637/2020, fica assegurado reserva de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para cada curso às pessoas com deficiência.

a) a pessoa com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): *“O candidato com visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas às pessoas com deficiência”*.

3.3. O candidato com deficiência no ato da inscrição deverá fazer *upload* do laudo médico (documento original ou cópia legível) com emissão no prazo máximo de 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com a perda da função e a expressa referência ao código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID), assinatura e carimbo contendo o CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, informando, também, o nome do candidato.

a) a pessoa com deficiência auditiva, além do laudo médico deverá fazer *upload* exame de audiometria tonal recente (no máximo de 12 meses) nas frequências 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, conforme Art. 5º, § 1º, I, alínea "b", do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.

3.4. Não sendo comprovada a situação descrita no item 3.2, o candidato perderá o direito a ser admitido para as vagas reservadas à pessoa com deficiência e concorrerá somente às vagas de ampla concorrência.

3.5 A pessoa com deficiência que solicitar recurso de acessibilidade deverá fazer o *upload* do laudo médico, comprovando a condição para atendimento.

a) o tempo para a realização das provas poderá ser diferente daquele definido para os demais candidatos, desde que requerido justificadamente e descrito em laudo médico oficial.

b) em caso de aprovação, a pessoa com deficiência poderá apresentar o laudo médico original ou cópia autenticada, se solicitado pela Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF ou pelo Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE.

3.6. Ficam reservadas aos candidatos que se autodeclararem negros ou pardos a reserva de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nesta seleção e participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, conforme Decreto n.º 9.427, de 28 de junho de 2018.

3.7. Ficam reservadas aos candidatos que se autodeclararem indígenas brasileiros a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas nesta seleção e participarão em igualdade de condições com os demais candidatos.

a) só poderão concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros ou pardos e indígenas brasileiros aqueles que se autodeclararem no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça no padrão utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.8. Os nomes dos candidatos que se autodeclararem pessoa com deficiência, negros ou pardos e indígenas brasileiros serão divulgados em lista específica e em lista de ampla concorrência.

4 – DOS CURSOS:

4.1. O processo seletivo destina-se à formação de cadastro reserva para o preenchimento das vagas de estágio, para estudantes regularmente matriculados nos cursos e semestres conforme anexo I.

4.2. O processo será dividido em duas etapas: inscrição pela internet e prova online.

4.3. As inscrições e provas online serão realizadas gratuitamente no período de **08/03/2021 até às 23:59 (horário de Brasília) do dia 28/03/2021**.

4.4. Ao término da inscrição, o candidato estará apto a iniciar a prova online.

4.5. O candidato só poderá acessar a prova com o login e senha cadastrados durante a inscrição.

4.6. Ao logar no sistema de acesso a prova, o candidato receberá, via SMS ou e-mail, o código de confirmação para liberação do acesso à prova online.

4.7. O candidato terá 02 minutos, (120 segundos), para responder cada questão, caso não responda dentro do tempo determinado, o sistema gravará a resposta em branco e seguirá automaticamente para próxima questão.

a) após a conclusão da questão ou término do tempo previsto, esta não poderá mais ser acessada.

b) as questões serão selecionadas no banco de dados e apresentadas de forma randômica, questão por questão.

4.8. A desconexão por qualquer outro motivo acarretará na perda de 1 (uma) questão. Ao realizar nova conexão, a questão não será visualizada novamente e sua resposta será nula, sem direito de substituição da questão.

a. A exceção da perda da questão se dará ao clicar no botão “Responder e sair da prova”.

4.9. O candidato é responsável por realizar a prova em conexão de internet estável e segura.

4.10. O candidato que não realizar a prova online será automaticamente eliminado do processo seletivo.

4.11. A presente seleção pública compõe-se de etapa classificatória e eliminatória de prova objetiva online composta de 20 questões sendo, conforme o conteúdo programático do anexo II:

Nível Médio:

- a. 10(dez) questões de Língua Portuguesa;
- b. 05 (cinco) questões de Noções de Informática
- c. 05(cinco) questões de Matemática.

Nível Superior:

- a. 10(dez) questões de Língua Portuguesa;
- b. 05(cinco) questões Noções de Informática;
- c. 05(cinco) questões de Conhecimentos Específicos.

Pós-graduação lato sensu/ stricto sensu em Direito:

- a. 10 (dez) questões de Língua Portuguesa;
- b. 10 (dez) questões de Conhecimentos Específicos.

4.12. As provas serão randômicas e realizadas online, no período estabelecido no item 2.2. deste edital.

4.13. Orientações antes do início da prova:

- a. Certifique sua disponibilidade de tempo para realizar a prova;
- b. Procure um local tranquilo e silencioso;
- c. Realize a prova individualmente, sem consulta ou apoio de outros materiais ou pessoas;
- d. Procure acessar a prova em um local que ofereça internet banda larga;
- e. Não abra mais de uma janela/aba do navegador;
- f. Certifique que o navegador está com o JavaScript ativado.

4.14. Durante a realização da prova o candidato não poderá abrir mais de uma janela/aba do navegador de internet;

4.15. Acarretará a eliminação do candidato ou anulação da questão, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas mencionadas no item 4.13, para a

realização da prova, definidas neste edital ou em outros relativos ao processo seletivo, nos comunicados, nas instruções ao candidato ou naquelas constantes em cada prova.

4.16. Será atribuído o valor de:

- a) 02 (dois) pontos para cada questão de Língua Portuguesa;
- b) 01 (um) ponto para cada questão de Informática e Conhecimentos Específicos;

4.17. Será considerado aprovado o candidato que:

- a) obtiver nota mínima de 15 pontos;
- b) não obtiver nota zero em nenhuma das matérias.

4.18. Caso haja empate entre estudantes de nível médio, terá preferência, na seguinte ordem, o candidato que:

- a) obtiver maior pontuação na prova de Língua Portuguesa;
- b) obtiver maior pontuação na prova de Noções de Informática;
- c) for mais idoso.

4.19. Caso haja empate entre estudantes de nível superior, terá preferência, na seguinte ordem, o candidato que:

- a) obtiver maior pontuação na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver maior pontuação na prova de Língua Portuguesa;
- c) for mais idoso.

4.20. Caso haja empate entre os estudantes de Pós-graduação classificados, terá preferência, na seguinte ordem, o candidato que:

- a) for mais idoso;
- b) inscrição mais antiga.

5 - DAS DIVULGAÇÕES DE RESULTADOS E RECURSOS:

5.1. Os gabaritos provisórios serão divulgados no dia **29/03/2021** no site www.ciee.org.br.

5.2. Serão admitidos recursos quanto aos gabaritos provisórios da prova objetiva, que deverão ser encaminhados eletronicamente até o dia **30/03/2021** para o endereço eucandidato@ciee.org.br, em formulário específico, disponível para download no site do CIEE.

5.3. Não serão aceitos recursos por via postal ou *fac-símile*, ou outro meio não previsto neste edital.

5.4. Serão rejeitados, também, liminarmente, os recursos enviados fora do prazo indicado no item 5.2, bem como aqueles que não contiverem dados necessários à identificação do candidato ou for redigido de forma ofensiva.

5.5. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação do eventual prejuízo, devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, legislação, páginas de livros, nomes dos autores, etc., com a juntada, sempre que possível, de cópia dos comprovantes e, ainda, exposição de motivos e argumentos.

5.6. A decisão da banca examinadora do CIEE será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, não sendo aceita, ainda, revisão de recursos.

5.7. Se do exame de recurso resultar na anulação de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

5.8. A publicação da lista de classificação provisória, gabarito oficial e respostas aos recursos serão feitas em **20/04/2021**.

5.9. O recurso contra a lista de classificação provisória deverá ser encaminhado ao endereço eletrônico eucandidato@ciee.org.br, no dia **22/04/2021**.

5.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de recursos de recursos, revisão de recursos e/ou recurso do gabarito oficial e resultado final.

5.11. Serão elaboradas quatro listas de classificação de aprovados:

- a. lista geral de ampla concorrência;
- b. lista dos candidatos pessoa com deficiência;
- c. lista dos candidatos negros ou pardos;
- d. lista dos candidatos indígenas brasileiros.

5.12. As listas que referem o item 5.11 serão elaboradas em ordem decrescente de classificação das notas obtidas, nos termos deste edital.

5.13. A publicação da lista de classificação final será feita em **03/05/2021**.

5.14. Do cronograma das etapas:

Etapas	Data
Publicação do gabarito provisório;	29/03/2021
Interposição de recurso contra o gabarito provisório;	30/03/2021
Publicação da lista de classificação provisória, gabarito oficial e respostas aos recursos;	20/04/2021
Interposição de recursos contra classificação provisória;	22/04/2021
Publicação das listas de classificação final definitiva.	03/05/2021

6 - DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA VAGA:

6.1. O Centro de Integração Empresa-Escola–CIEE verificará as oportunidades de estágio encaminhadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF e convocará os candidatos por ordem de classificação, observando o curso e semestre da vaga solicitada.

6.2. Serão considerados para convocação, o e-mail e os telefones registrados no momento da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato, manter atualizado os dados cadastrais no CIEE.

6.3. Para preenchimento de cada vaga de estágio o candidato deverá se manifestar em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do e-mail de convocação. Se necessário, o CIEE realizará, no máximo, 2 (duas) tentativas de contato por telefone em horários distintos.

- 6.4. No caso do candidato não ser localizado nas tentativas de contato, e-mail e telefone, realizadas pelo CIEE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o candidato com classificação imediatamente posterior será convocado.
- 6.5. Caso não retorne nenhum dos contatos realizados, o candidato irá para o final da lista de classificados, aguardando o surgimento de nova vaga.
- 6.6. O candidato que está no final da lista só poderá ser convocado para no máximo mais 1(uma) vaga.
- 6.7. O candidato remanejado para o final da lista, convocado para nova vaga, deverá se manifestar em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do e-mail de convocação. Se necessário, o CIEE realizará, no máximo, 2 (duas) tentativas de contato por telefone em horários distintos.
- a. caso não seja localizado ou retorne os contatos (e-mail e telefone) no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas o candidato será desclassificado.
- 6.8. Os aprovados da lista dos candidatos pessoa com deficiência serão convocados para preenchimento das vagas, conforme a seguir:
- a. 1ª (primeira) vaga aberta;
 - b. 5ª (quinta) vaga aberta;
 - c. 11ª (décima primeira) vaga aberta;
 - d. 15ª (décima quinta) vaga aberta;
 - e. e assim sucessivamente, para cada curso, relativamente ao surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.
- 6.9. Os aprovados da lista dos candidatos autodeclarados negros ou pardos serão convocados para preenchimento das vagas, conforme a seguir:
- a. 3ª (terceira) vaga aberta;
 - b. 6ª (sexta) vaga aberta;
 - c. 9ª (nona) vaga aberta;
 - d. 13ª (décima terceira) vaga aberta;
 - e. e assim sucessivamente, para cada curso, relativamente ao surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.
- 6.10. Os aprovados da lista dos candidatos autodeclarados indígenas brasileiros serão convocados para preenchimento das vagas, conforme a seguir:
- a. 7ª (sétima) vaga aberta;
 - b. 27ª (vigésima sétima) vaga aberta;
 - c. 47ª (quadragésima sétima) vaga aberta;
 - d. e assim sucessivamente, para cada curso, relativamente ao surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do processo seletivo.
- 6.11. Caso não existam estudantes selecionados com direito à reserva de vagas e em número suficiente para o preenchimento das vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo, serão convocados estudantes da lista geral de ampla concorrência.
- 6.12. Caso o candidato não tenha interesse no processo seletivo, poderá solicitar a sua desclassificação, mediante formalização para o e-mail convocacaoespecial@ciee.org.br.

7 – DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

7.1. O candidato aprovado no processo seletivo e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio da PGDF por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio (TCE), no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

7.2. A aprovação no processo seletivo gera para o candidato apenas expectativa de ser convocado para preencher vaga de estágio, ficando a concretização desse ato condicionada ao surgimento de vaga durante o período de validade do processo seletivo.

7.3. A PGDF reserva-se o direito de convocar candidatos em número compatível com a disponibilidade orçamentária e a existência de vagas de estágio.

7.4. Os candidatos que se autodeclararem negros ou pardos e indígenas brasileiros deverão apresentar a autodeclaração étnico-racial quando da entrega da documentação.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O processo seletivo terá validade de 12 meses a partir de sua publicação, podendo a critério da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF ser renovado por igual período.

8.2. O ato da inscrição implicará no conhecimento das instruções e na aceitação tácita das condições estabelecidas neste edital.

8.3. O Centro de Integração Empresa-Escola e a Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao estudante decorrentes de e-mail não atualizado e/ou telefone não atualizado.

8.4. Os candidatos convocados que não apresentarem todos os documentos exigidos serão considerados inaptos para contratação.

8.5. Uma vez convocados, os candidatos aprovados que não formalizarem a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, no prazo estipulado no ato da convocação, serão considerados desistentes, seguindo-se à nomeação do próximo classificado.

8.6. As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pelo Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE em conjunto com a Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF.

8.7. As dúvidas poderão ser sanadas pela Central de atendimento do CIEE através do número 3003-2433 ou através do e-mail: eucandidato@ciee.org.br.

Publique-se.

Brasília-DF, 04 de fevereiro de 2021.

André Dutra Dorea Ávila da Silva
Secretário- Geral - em substituição

ANEXO I - DOS CURSOS

Nível Médio	Matriculado
<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio Regular 	1º ao 2º ano
<ul style="list-style-type: none"> Educação de Jovens e Adultos (EJA) 	1º ao 2º semestre / 1º ano
Nível Superior	
Administração	Semestre Matriculado
<ul style="list-style-type: none"> Administração de Empresas (bacharelado) 	do 3º ao 6º
<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública (bacharelado) 	do 3º ao 6º
<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Políticas Públicas (bacharelado) 	do 3º ao 6º
Arquitetura e Urbanismo	do 3º ao 7º
Arquivologia	do 3º ao 6º
Biblioteconomia	do 3º ao 6º
Ciências Contábeis	do 3º ao 6º
Comunicação Social - Jornalismo	do 3º ao 6º
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	do 2º ao 6º
Design Gráfico (bacharelado)	do 3º ao 6º
Design Gráfico (tecnólogo)	do 2º ao 3º
Direito	do 6º ao 7º
Engenharia Agrônoma/Agronomia	do 3º ao 7º
Informática	Semestre Matriculado
<ul style="list-style-type: none"> Análise de Sistemas (bacharelado) 	do 3º ao 7º
<ul style="list-style-type: none"> Análise e Desenvolvimento de Sistemas (bacharelado) 	do 3º ao 7º
<ul style="list-style-type: none"> Ciência da Computação (bacharelado) 	do 3º ao 7º
<ul style="list-style-type: none"> Engenharia da Computação (bacharelado) 	do 3º ao 7º

• Engenharia de Redes de Computadores (bacharelado)	do 3º ao 7º
• Engenharia de Telecomunicações (bacharelado)	do 3º ao 7º
• Gestão da Tecnologia da Informação (tecnólogo)	do 2º ao 3º
• Sistemas de Informação (bacharelado)	do 3º ao 7º
• Sistemas de Internet (bacharelado)	do 3º ao 7º
• Tecnologia em Sistema de Informação (tecnólogo)	do 2º ao 3º

PÓS-GRADUAÇÃO, LATO SENSU/STRICTO SENSU EM DIREITO	
Áreas de conhecimento:	Requisitos:
Direito Administrativo	<p>a) Conclusão do curso de bacharelado em Direito, comprovado por meio da apresentação de certificado ou diploma de conclusão emitido pela instituição de ensino;</p> <p>b) Estar cursando, no mínimo, o 1º semestre do curso de pós-graduação lato sensu/stricto sensu em Direito;</p> <p>c) Não advogar ou participar de escritório que atue em causa judicial contra o Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações.</p>
Direito Constitucional	
Direito Civil	
Direito Imobiliário	
Direito do Meio Ambiente	
Direito Processual Civil	
Direito do Trabalho	
Processo do Trabalho	
Direito Tributário	

ANEXO II - DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**NÍVEL MÉDIO**

LÍNGUA PORTUGUESA (10 questões): Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Emprego das classes de palavras; Emprego/correlação de tempos e modos verbais; Emprego do sinal indicativo de crase; Pontuação; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal; Significação das palavras.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (05 questões): Arquivos e pastas (diretórios), Word 2016, Excel 2016, correio eletrônico (Outlook) e internet.

MATEMÁTICA (05 questões): porcentagem, divisão, subtração, multiplicação, adição e sistema monetário.

NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA (10 questões): Compreensão e interpretação de textos; Tipologia textual; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Emprego das classes de palavras; Emprego/correlação de tempos e modos verbais; Emprego do sinal indicativo de crase; Sintaxe da oração e do período; Pontuação; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal; Significação das palavras.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (05 questões): Arquivos e pastas (diretórios), Word 2016, Excel 2016, correio eletrônico (Outlook) e internet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS/ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (5 questões): Teorias da Administração: A Concepção da Escola Clássica: a Obra de Taylor; Princípios da Administração Científica; Apreciação Crítica da Teoria da Administração Científica; a Obra de Fayol; Teoria da Organização; Apreciação Crítica da Teoria Clássica; Fundamentos da Administração: Introdução à Administração e às Organizações; Ambiente Organizacional; A Tomada de Decisão na Administração; Planejamento; Organização; Direção; Controle; Noções de Administração pública: princípios da administração pública, estrutura da administração pública, administração direta e indireta.

ARQUITETURA E URBANISMO (5 questões): Legislação urbanística e edilícia do Distrito Federal; Planejamento urbano no DF; Estudo de leiaute de ambientes corporativos; Computação gráfica: AutoCad 2D e 3D; Ergonomia de espaços de trabalho; Acessibilidade, mobilidade urbana; Noções das Etapas de Construções (Incluindo Levantamento de Orçamentos); Noções Básicas de Instalações Elétrica e Hidráulica; Noções básicas de segurança do trabalho; Conforto Ambiental; Elaboração de Projeto Arquitetônico; Análise de: Situação, Locação, Planta Baixa, Fachadas; Detalhamento de Sistemas Construtivos: Esquadrias; Apresentação de um Projeto para Aprovação; Comunicação visual.

ARQUIVOLOGIA (5 questões): Conceitos fundamentais de arquivologia: teorias e princípios; O gerenciamento da informação e a gestão de documentos aplicada aos arquivos governamentais; A preservação, a conservação e a restauração de documentos arquivísticos: política, planejamento e técnicas. Informática: Informática aplicada à arquivologia.

BIBLIOTECONOMIA (5 questões): Organização do acervo: Noções de Catalogação e Classificação; Fontes de Informação; Serviço de Referência; Pesquisa Bibliográfica; Base de dados; Publicações Oficiais; Periódicos; Normalização de documentos (ABNT).

CIÊNCIAS CONTÁBEIS (5 questões): Conhecimentos básicos de Contabilidade: Conceito de contabilidade, finalidade e campo de atuação, objetivos da contabilidade e usuários da contabilidade. Conhecimentos básicos de Patrimônio: Conceito, aspectos patrimoniais, disposição gráfica dos componentes patrimoniais, situação líquida do patrimônio. Conhecimentos básicos de Escrituração: Finalidade e classificação, variações patrimoniais, fatos contábeis, métodos de escrituração, lançamentos contábeis, medidas preliminares para encerramento do exercício.

COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO (5 questões): Conceituação, Caracterização e Função do Jornalismo; Imprensa e Opinião Pública; Código de Ética; Estilo Literário e Estilo Jornalístico; Atributos e Classificação da Notícia; Redação da Notícia; Técnica do "Lead"; Pirâmide Invertida; Suíte; Fontes da

Notícia; Processo de Edição; Vocabulário Jornalístico; Noções de Internet, Noções básicas de técnicas e práticas em assessoria de imprensa, técnicas de entrevista e apuração e reportagem.

COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (5 questões): Redação publicitária; Comunicação Visual; Criação e Direção de Arte; Fundamentos do design gráfico; Diagramação; Tratamento de imagem; Logomarca, logotipo e manual de identidade visual; Conhecimentos sobre ferramentas e funções dos programas Adobe Photoshop, Illustrator e InDesign; Técnicas de produção gráfica; Finalização de arquivos para impressão; Processos de impressão e acabamento; Comunicação Online; Mídias Web e Digitais; Mídias Sociais.

DESIGN GRÁFICO (5 questões): Desenho e Representação Gráfica, Produção e Design Gráfico, Ferramentas da Comunicação Visual, Fundamentos do Design, Ilustração Digital, Identidade Visual, Branding e Estratégias de Marca, Tipografia, Audiovisual e Design, Editoração Eletrônica, Fotografia e Design, Planejamento, Materiais e Processo Gráfico, Introdução ao Frontend, Desenvolvimento de Sistemas para WEB, Design de Interfaces e Interatividade.

ENGENHARIA AGRONÔMICA/AGRONOMIA (5 questões): Fundamentos da ciência do solo; Conservação do solo e da água; Ciências ambientais; Topografia; Fundamentos de sensoriamento remoto e interpretação de imagens; Geoprocessamento aplicado a ciências agrárias.

INFORMÁTICA (5 questões)*: TODOS OS CURSOS DE INFORMÁTICA: Conhecimentos básicos em cabeamento estruturado, Windows server, manutenção técnica e instalação de recursos de Hardware e Software, suporte à rede de computadores, configuração de recursos de internet, segurança da informação e backup; Conhecimentos básicos em suporte técnico em microcomputadores, manutenção técnica e instalação de recursos de Hardware e Software, suporte à rede de computadores, configuração de impressoras locais e de rede, configuração de recursos de internet, montagem de equipamentos e instalação de periféricos; Conhecimentos básicos em SQLServer, Html, JavaScript, lógica de programação, banco de dados (preferencialmente o MS SQLServer), linguagem de programação: Java; Delphi ou Asp.

DIREITO (5 questões): Direito Administrativo: Direito Administrativo, Administração Pública; Administração Direta; Administração Indireta, Atividades da Administração Pública, Princípios do Direito Administrativo; Atos Administrativos, Negócios Administrativos.

Direito Constitucional: Princípios fundamentais (art. 1º ao 4º da Constituição Federal); Direitos e garantias fundamentais (art. 5º ao 17º da Constituição Federal); Organização do Estado (art. 18º ao 33º da Constituição Federal).

Direito Processual Civil: Do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015): Da Jurisdição e da Ação; Das Partes e dos Procuradores; Dos órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça; Dos Atos Processuais; Da Formação; Da Suspensão e da Extinção do Processo; Do Processo e do Procedimento; Do Procedimento Ordinário; Do Processo nos Tribunais; Dos Recursos; Tutela coletiva; Conceito; Interesses Difusos; Coletivos e Individuais Homogêneos; Legitimidade; Competência; Coisa Julgada.

PÓS-GRADUAÇÃO, LATO SENSU/ STRICTO SENSU (DIREITO)

LÍNGUA PORTUGUESA (10 questões): Compreensão e interpretação de textos; Tipologia textual; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Emprego das classes de palavras; Emprego/correlação de tempos e modos verbais; Emprego do sinal indicativo de crase; Sintaxe da oração e do período; Pontuação; Concordância nominal e verbal; Regência nominal e verbal; Significação das palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (10 QUESTÕES):

DIREITO ADMINISTRATIVO Administração Pública - Princípios - Organização Administrativa - Administração Direta e Indireta - Órgãos e entidades. Servidores Públicos - Regimes jurídicos funcionais - Cargos e empregos públicos - Regime constitucional. Poderes Administrativos - Poder de Polícia - Finalidade e características - Sanções de polícia. Ato administrativo - Elementos - Características - Extinção - Desfazimento - Mérito administrativo. Contrato administrativo - Características - Cláusulas exorbitantes - Modalidades de contratos administrativos. Licitação - Princípios - Dispensa e Inexigibilidade - Modalidades. Processo Administrativo - Princípios - Processo Sumário. Restrições do

Estado sobre a propriedade privada - Fundamento - Modalidades. Desapropriação - Desapropriação Sancionatória – Pressupostos - Desapropriação Indireta. Responsabilidade Extracontratual do Estado - Evolução - Direito positivo brasileiro - Causas excludentes e atenuantes. Bens Públicos - Modalidades - Regime jurídico - Alienação - Uso de bem público por particular. Improbidade administrativa - Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa - Medidas de natureza cautelar

DIREITO CONSTITUCIONAL Constitucionalismo. Constituição e Neoconstitucionalismo. Poder Constituinte. Emendas Constitucionais. Organização do Estado. Estado de Direito Democrático. Federação. Origens. A Federação Brasileira. Competências legislativas dos entes federados - Autonomia financeira, administrativa e política dos entes federados. Evolução político-constitucional brasileira. As Constituições Brasileiras. Normas constitucionais. Interpretação, aplicabilidade e eficácia. Mutações Constitucionais. Reforma e Revisão Constitucional. Normas Constitucionais. Controle da constitucionalidade. Controle da constitucionalidade Difuso. Controle da constitucionalidade Abstrato. Controle da Constitucionalidade em âmbito estadual. A Constituição do Estado de São Paulo como parâmetro para o Controle de Constitucionalidade. Processo legislativo. Processo legislativo e reforma constitucional. Intervenção Federal e Estadual. Poder Legislativo. Poder Executivo. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. A Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Ministério Público. Direitos Fundamentais. Tratados e convenções internacionais. Direitos sociais e coletivos. Ações constitucionais. Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais Coletivos. Direitos de cidadania. Direito de sufrágio. Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular. Garantias Fundamentais. Princípios de Defesa na Constituição Federal. Princípios constitucionais da Administração Pública. Poder Judiciário. A Emenda Constitucional nº 45. Funções essenciais da Justiça. Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública. Poder Judiciário. Direitos, garantias e deveres da Magistratura. O Estatuto da Magistratura. Atividade correccional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O controle difuso de constitucionalidade. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva. Supremo Tribunal Federal. Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunal Superior Eleitoral. Tribunais Regionais e Juízes Federais. Poder Judiciário. Tribunais e Juízes. Estaduais. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Disciplina do Poder Judiciário na Constituição Paulista. O controle de constitucionalidade dos atos estaduais e municipais. Ordem Econômica e Financeira. Disciplina da Ordem Econômica na Constituição Paulista. Tributação e Orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas. Ordem Social. Educação e Cultura. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Direito à Proteção Especial. Índios.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e suas alterações - Normas fundamentais do processo civil. - Normas processuais: conceito, fontes, eficácia, interpretação, aplicação no tempo e no espaço. O direito processual intertemporal.- Jurisdição. - Sistema multipartido de solução de controvérsias: meios autocompositivos (mediação e conciliação) e heterocompositivos (arbitragem) de solução de conflitos. Leis 9.307/1996, 13.129/2015 e 13.140/2015. -. Ação: conceito, natureza jurídica, elementos e classificação. A ação e o direito de ação. Concurso de ações. - Processo: conceito, natureza jurídica, pressupostos processuais. Relação jurídica processual. Procedimento. -. Fatos jurídicos processuais (atos, fatos e negócios processuais): conceito, forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos processuais. Invalidades. Distribuição e registro. Valor da causa. – Cognição judicial: conceito. Objeto (tipologia das questões). Espécies. - Preclusão. -. Competência: conceito, critérios determinadores, classificação, modificação, prorrogação, perpetuação, conflito. – Sujeitos processuais. Partes: capacidades processual e postulatória, legitimação, deveres, responsabilidade por dano processual, despesas, honorários advocatícios e multa, gratuidade da justiça. Procuradores. Sucessão das partes e dos procuradores. Juiz, mediadores e conciliadores: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Auxiliares da Justiça. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo- Litisconsórcio. –Intervenção de terceiros. - Tutela provisória: tutela de urgência e tutela da evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento comum. Disposições gerais. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação e mediação. Contestação e revelia. Reconvenção. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Prova: disposições gerais, produção antecipada de prova, distribuição do ônus da prova e interpretação e valoração da prova. Depoimento pessoal. Confissão. Prova documental. Exibição de documento ou coisa. Prova testemunhal.

Prova pericial. Inspeção judicial. Sentença e coisa julgada. Da remessa necessária. Teoria do precedente judicial. Liquidação da sentença. Cumprimentos provisório e definitivo da sentença. Procedimentos especiais previstos no CPC. - Ações possessórias. - Embargos de terceiro. -. Oposição. Habilitação. -. Ação monitoria. Processo de execução.-. Ordem dos processos nos Tribunais e dos processos de competência originária dos tribunais. Disposições gerais. Ordem dos processos nos Tribunais. Incidente de Assunção de Competência. Incidente de Arguição de inconstitucionalidade. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Conflito de competência. Ação Rescisória. Reclamação. - Recursos. Disposições gerais. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de Declaração. Embargos de Divergência. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Agravos em recurso especial e em recurso extraordinário. - Usucapião. -. Desapropriação. – Mandado de segurança (individual e coletivo). Ação popular.-. Ação de improbidade administrativa. - Ação civil pública. - Mandado de injunção- Habeas data. - Execução fiscal. - Juizado Especial da Fazenda Pública. -Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria processual.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DUTRA DOREA AVILA DA SILVA - Matr.0085461-1, Secretário(a)-Geral**, em 05/02/2021, às 19:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=55503165)
verificador= **55503165** código CRC= **D1A3302B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, Brasília - DF - CEP 70620-000 - DF